



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA

TERMO DE REFERÊNCIA

I - Objeto (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “a” da Lei 14.133/2021)

Aquisição de certificados digitais, caracterizados como bens comuns, conforme as especificações e condições descritas neste Termo de Referência.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria nº30, de 20 de junho de 2022.

Item	Descrição	CATSER	Unidade	Qtde
GRUPO ÚNICO				
1	Certificado digital servidor SSL OV Wildcard. Raiz internacional; Validade de 60 meses.	27170	un	01
2	Certificado digital básico SSL OV. Padrão Raiz internacional); Validade de 60 meses.	27170	un	01

II - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “b” da Lei 14.133/2021)

Este Termo de Referência foi elaborado com base nas informações contidas no Documento de Formalização da Demanda (DFD), encaminhado pelo integrante demandante, e no conteúdo dos Estudos Preliminares id. (3193082), ambos os documentos constam do Processo Administrativo SEI TRE-RJ nº 2023.0.000022647-2. O documento dos Estudos Preliminares foi produzido e assinado pela equipe de planejamento da contratação e aprovado pelo STI, Michel Marchetti Kovacs, em 21 de junho de 2023.

III - DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DA SOLUÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “c”, da Lei 14.133/2021)

Aquisição de certificados digitais, conforme descrição abaixo:

1. Item 1 - Certificado digital A1 Wildcard SSL OV deverá ser fornecido com as seguintes especificações

1.1 Certificado de raiz internacional;

1.2 Permitir certificar um único domínio e ilimitados subdomínios (um nível);

1.3 Ser certificado de validação completa, aferindo dados como nome da empresa e se esta é entidade legalmente constituída; verificar se a empresa é proprietária do domínio configurado no certificado e se a pessoa que solicitou o Certificado Digital tem autorização da empresa para registrar o pedido;

1.4 Permitir instalação e uso ilimitado, sem custo adicional em subdomínios de um domínio;

1.5. Permitir emissão do certificado em até 48 horas;

1.6. Par de chaves RSA de no mínimo 2048 bits;

1.7. Suportar criptografia forte padrão SHA256;

1.8. Ser compatível com o protocolo SSL - Secure Sockets Layer, versões SSLv2, SSLv3, TLS - Transport Layer Security na versão TLSv1 (SSLv3.1) e HTTPS;

1.9. Ser 100% compatível com servidores web que suportem os protocolos SSL e TLS, dentre eles podemos explicitar os que usam sistemas operacionais Linux (distribuições diversas como Red Hat Enterprise Linux, Centos, CentOS Stream, Rocky Linux, e outras de mercado), Windows Server nas suas diversas versões, entre outros.

1.10. Compatível com as versões atualizadas dos navegadores (Microsoft Edge, Internet Explorer, Google Chrome, Mozilla Firefox e Safari), servidores e equipamentos que suportem SSL e TLS;

1.11. Licença de uso gratuita em ilimitados servidores adicionais;

1.12. Possuir conformidade WebTrust Compliancy Program, cujo padrão estabelece um conjunto de critérios que uma Autoridade Certificadora deverá possuir, demonstrando que esta tem um compromisso na emissão e gestão de certificados com assinatura de código confiável;

1.13. Reemissão gratuita e ilimitada durante a sua validade;

1.14. Possuir verificação do status do Certificado em tempo real (OCSP);

1.15. Possuir garantia de reposição do Certificado ou a correção da solicitação pendente, em caso de constatação de erro técnico no CSR, no prazo máximo de 02 (dois) dias após a emissão do mesmo;

1.16. O certificado digital não poderá exigir qualquer procedimento adicional de configuração de certificados por parte dos usuários para acessar os servidores nos quais o certificado estiver em uso;

1.17. Permitir sua instalação em, no mínimo, servidores web Apache, Jboss e balanceadores de carga F5;

1.18. Habilitar certificado digital com validade de 05 (cinco) anos, contados do recebimento definitivo do certificado.

2. Item 2 - certificado digital A1 SSL OV para Servidor Web deverá ser fornecido com as seguintes especificações

2.1 Certificado de raiz internacional;

2.2 Ser certificado de validação completa, aferindo dados como nome da empresa e se esta é entidade legalmente constituída; verificar se a empresa é proprietária do domínio configurado no certificado e se a pessoa que solicitou o Certificado Digital tem autorização da empresa para registrar o pedido.

2.3. Permitir emissão do certificado em até 48 horas;

2.4. Par de chaves RSA de no mínimo 2048 bits

2.5. Suportar criptografia forte padrão SHA256;

- 2.6. Ser compatível com o protocolo SSL - Secure Sockets Layer, versões SSLv2, SSLv3, TLS - Transport Layer Security na versão TLSv1 (SSLv3.1) e HTTPS;
- 2.7. Compatível com as versões atualizadas dos navegadores (Internet Explorer, Google Chrome, Mozilla Firefox e Safari), servidores e equipamentos que suportem SSL e TLS;
- 2.8. Possuir conformidade WebTrust Compliancy Program, cujo padrão estabelece um conjunto de critérios que uma Autoridade Certificadora deverá possuir, demonstrando que esta tem um compromisso na emissão e gestão de certificados com assinatura de código confiável;
- 2.9. Reemissão gratuita e ilimitada durante a sua validade;
- 2.10. Possuir verificação do status do Certificado em tempo real (OCSP);
- 2.11. Possuir garantia de reposição do Certificado ou a correção da solicitação pendente, em caso de constatação de erro técnico no CSR, no prazo máximo de 02 (dois) dias após a emissão do mesmo;
- 2.12. O certificado digital não poderá exigir qualquer procedimento adicional de configuração de certificados por parte dos usuários para acessar os servidores nos quais o certificado estiver em uso;
- 2.13. Permitir sua instalação em, no mínimo, servidores web Apache, Jboss e balanceadores de carga F5;
- 2.14. Habilitar certificado digital com validade de 60 meses, contados do recebimento definitivo do certificado.

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “d”, da Lei 14.133/2021)

1.1. A aquisição será pontual e o contrato terá vigência a partir da assinatura até o recebimento definitivo do objeto, ressalvado o período de garantia previsto no item 4.1 do capítulo V.

1.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

2. Conformidade Técnica e Legal

O objeto desta contratação deverá atender aos requisitos da MP nº 2.200-2 de 24/08/2001). A MP nº 2.200-2 além de instituir a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira — ICP-Brasil, também regula o uso de certificados como mecanismo para implementação e incremento da segurança da informação.

A MP nº 2.200-2 (Art. 10, § 2.º) não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

3. Das Obrigações do Contratante e da Contratada

3.1. Obrigações da Contratada

São obrigações da Contratada, dentre outros especificados neste Termo de Referência:

3.1.1. Trocar, às suas expensas, os certificados que forem recusados pelo TRE-RJ, observando-se que o recebimento não caracteriza a aceitação dos mesmos, que somente ocorrerá após o aceite recebimento definitivo.

3.1.2. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de referência, o objeto fornecido com defeito, vícios ou incorreções.

3.1.3. Informar, no momento de envio da proposta de preços, os contatos de telefone e endereço eletrônico para comunicação com a Contratante.

3.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas.

3.1.5. Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

3.1.6. Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.

3.1.7. Autorizar ao Contratante o acesso a dados pessoais dos representantes da Contratada, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, para a execução do serviço objeto deste contrato, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021.

3.1.8. Comunicar ao Contratante, em até 24 horas, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

3.2. Obrigações da contratante:

3.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, através de comissão/servidor especialmente designado.

3.2.2. Receber provisória e definitivamente o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3.2.3. Comunicar à contratada a ocorrência de quaisquer imperfeições verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja sanado o problema.

3.2.4. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Termo de Referência.

3.3. Das obrigações comuns às partes

3.3.1. As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021 e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

3.3.2. As partes se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

3.3.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual por inobservância da LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021.

V - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “e”, da Lei 14.133/2021)

1. Dinâmica de execução

1.1. O TRE-RJ fará as aquisições mediante emissão de termo de contrato, que deverá ser assinado pela empresa vencedora do certame em, no máximo, 03(três) dias úteis, contados da convocação deste Tribunal para a sua formalização, sob pena de decair o direito à contratação, sujeito às sanções legais cabíveis.

1.1.1. O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo licitante, de forma justificada e aceita pelo TRE-RJ.

1.1.2. Será verificada, por meio do SICAF e de outros meios, a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

1.2. Da entrega dos certificados

1.2.1. Quanto ao Certificado Digital SSL Wildcard:

O certificado deverá ser entregue para a Seção de Produção (SEPROD) através do e-mail seprod@tre-rj.jus.br. A SEPROD poderá ser contatada, no horário compreendido entre 12:00 às 18:00 pelo telefone de número (21) 3436-8167.

1.2.2. Quanto ao Certificado Digital SSL Básico:

O certificado deverá ser entregue para a Seção de Suporte às Redes Locais (SEREDE) através do e-mail serede@tre-rj.jus.br. A SEREDE poderá ser contatada, no horário compreendido entre 12:00 às 18:00 pelo telefone de número (21) 3436-8166.

1.3. O prazo de entrega será de até 10 dias úteis após o início da vigência do contrato.

1.4. Enquanto não expirado o prazo de entrega, a contratada poderá substituir o objeto recusado pelo Tribunal. Para isso, o prazo de entrega considerar-se-á suspenso durante a fase de análise, reiniciando-se a contagem do prazo restante a partir da data da comunicação da recusa à empresa. A suspensão só poderá ocorrer uma única vez.

1.5. Eventual solicitação de prorrogação do prazo de entrega, motivada por fato excepcional e estranho à vontade da contratada, somente será passível de apreciação caso remetida a este Tribunal ainda na vigência do prazo original de entrega, devidamente fundamentada, para o e-mail compras@tre-rj.jus.br, ressaltando-se que a confirmação de recebimento da solicitação não garante a dilação pleiteada, uma vez que a autorização da prorrogação fica a critério deste Tribunal.

1.6. A contratada deverá, obrigatoriamente, entregar os quantitativos contratados, sob pena das sanções legais cabíveis.

1.7. A empresa vencedora deverá encaminhar, quando solicitado, o e-mail, banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com número do CNPJ, Inscrição Estadual e Inscrição Municipal.

2. Cronograma de execução

Evento	Responsável	Prazo
Formalização do contrato	Contratada	Em até 03 (três) dias úteis após a convocação pelo TRE-RJ
Disponibilização de todos certificados adquiridos	Contratada	10 (dez) dias úteis após o início da vigência do contrato.

4. Acompanhamento do Atendimento aos Prazos de Garantia

4.1. A contratada deverá prestar garantia dos certificados durante todo o período da sua validade (60 meses), contados a partir da data do recebimento definitivo do certificado. Caso a correção ou atualização exija emissão de novo certificado, a contratada deverá realizar, no prazo de até 2 (dois) dias, contados da data de notificação e sem ônus adicional para o contratante, o envio por email do novo certificado para serede@tre-rj.jus.br, no caso do certificado OV SSL, ou para seprod@tre-rj.jus.br, no caso do certificado SSL WILDCARD.

4.2. A abertura de chamados técnicos será sempre realizada pela fiscalização, por e-mail enviado diretamente à contratada, que deverá tomar todas as providências necessárias ao pleno atendimento, obedecendo

rigorosamente os prazos e condições aqui estabelecidos. A contratada deverá atender no prazo de até 2 (dois) dias, contados da data de notificação

4.3. Toda e qualquer despesa decorrente da execução dos serviços de garantia aqui descritos, inclusive as substituições dos certificados digitais, ficará inteiramente a cargo da contratada.

VI - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “f”, da Lei 14.133/2021)

1.1. Equipe de planejamento da contratação.

Integrante	Nome	Ramal	Setor
Demandante	Michel Marchetti Kovacs	8059	STI
Técnico	Carlos Eduardo dos S. Nunes	8063	COINF/STI
Administrativo	Felipe de Mello Santos	8111	SECOMP/COMAP/SAD

1.2. Equipe de gestão do contrato.

Esta contratação por ser de baixa complexidade será executada a partir de um modelo de gestão simplificada. Será dispensada a designação de fiscal de contrato, cabendo ao gestor acumular as devidas atribuições referentes a este agente.

Integrante	Nome	Ramal	Setor
Gestor do Contrato	Carlos Eduardo dos S. Nunes	8063	COINF/STI
Gestor do Contrato Substituto	Marcos Souza Costa Neves Koudela	8063	COINF/STI

2. Forma de comunicação entre os agentes.

2.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão exercidos por representantes da TRE RJ (gestor do contrato) especialmente designados para este fim.

2.2. Compete ao gestor dirimir eventuais dúvidas que surgirem no curso e sua execução e de tudo dar ciência à Contratada, para fiel execução contratual durante toda a vigência do contrato.

2.3. Poderão ser realizados, alternativamente, e a critério do gestor do contrato, o controle e o acompanhamento da prestação de serviço mediante o uso de mensagens eletrônicas. Nesse caso, o gestor do contrato deverá apresentar descritivo contendo situações merecedoras de avaliação por parte da Contratada.

2.4. A contratada deverá substituir por outro profissional de qualificação igual ou superior qualquer um dos seus profissionais cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento decorrentes da execução do objeto forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do órgão ou ao interesse do serviço público, sempre que exigido pelo gestor do contrato.

2.5. A contratada deverá substituir o certificado com prazo de validade vigente, a qualquer tempo e às suas expensas, no prazo de 48 horas após notificada, quando o certificado apresentar irregularidade, defeito ou

problema que impossibilite o seu uso nos equipamentos do TRE-RJ.

2.6. A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo contratante, atendendo prontamente a todas as reclamações, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

3. Critérios e metodologia de fiscalização.

3.1 Competências dos agentes da administração

3.1.1. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato. Compete ao gestor do contrato:

- Planejar e orientar a contratação, especialmente para estabelecer diretrizes para a contratação e condução dos vínculos contratuais;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato junto à contratada, dirimindo eventuais dúvidas que surgirem no curso de sua execução e de tudo dar ciência à empresa Contratada, para fiel execução contratual durante toda a vigência do contrato.
- Manter-se sempre informado de todos os cumprimentos e descumprimentos contratuais e repassar às autoridades pró-ativamente aquelas que interfiram no gerenciamento da Administração;
- Controlar e acompanhar a prestação dos serviços mediante o uso de mensagens eletrônicas, emissão e controle dos certificados como também na operacionalização da garantia, podendo o gestor do contrato, apresentar descritivo contendo situações merecedoras de avaliação por parte da Contratada.
- Paralisar a execução do contrato no caso de estar em desacordo com o pactuado ou diante de graves descumprimentos pelo fornecedor ou riscos para a Administração.
- Solicitar ajustes no contrato.
- Conduzir o encerramento do contrato.
- Realizar o recebimento definitivo do objeto.

3.1.3. Diante das especificidades do presente objeto, a Equipe de Planejamento da Contratação não identificou situações específicas, que ensejam aplicação de multa, além daquelas situações ordinárias (atraso na entrega e inexecução), que serão descritas no futuro edital de licitação.

3.1.4. A Equipe de Planejamento da presente contratação não identificou riscos além daqueles já listados no macrop processo de contratações e por esse motivo não elaborou o documento referente ao gerenciamento de riscos.

VII - CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO DOS RESULTADOS E AFERIÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “g”, da Lei 14.133/2021)

1. Do recebimento

1.1. Por se tratar de aquisição com entrega imediata, não haverá medição para o pagamento.

1.2. O recebimento do objeto da contratação não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

1.3. No momento da entrega dos certificados será emitido o Termo de Recebimento Provisório (TRP), pelo gestor do contrato.

Etapas	Procedimento de fiscalização	Prazo	Responsável
Recebimento provisório	Conferência da conformidade dos quantitativos de certificados habilitados em relação à descrição constante no Termo de Referência).	Na data da habilitação dos certificados	Seprod/Serede
Recebimento definitivo	Conferência da conformidade das características dos certificados(em relação ao Termo de Referência)	Até 7 dias úteis a contar da emissão do termo de recebimento provisório	Gestor do contrato
Atesto da nota fiscal	Conferência da conformidade do documento fiscal	Até 1 dia útil a contar da emissão do termo de recebimento definitivo	Gestor do contrato
Pagamento	Verificação da regularidade fiscal da contratada e demais condições de habilitação	Até 10 dias úteis a contar do atesto da nota fiscal	Secretaria de Orçamento e Finanças

2. Do pagamento

2.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.

2.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.3. No caso de pessoa física, o valor referente ao percentual de 20% do valor da proposta a título de contribuição patronal à Seguridade Social será recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conforme dispõe a IN SEGES/ME nº 116, de 21/12/2021.

2.4. Quando o contratado for optante pelo Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), para que não sofra a retenção de tributos, a nota fiscal deverá vir acompanhada da declaração de Optante pelo Simples, assinada pelo representante legal da contratada, na forma do Anexo IV da IN RFB 1.234/2012 com a redação dada pela IN RFB 1.244/12.

2.5. Os prazos serão interrompidos sempre que se façam necessários a solução de pendências na execução do objeto, identificadas em qualquer etapa da liquidação da despesa ou do saneamento na inconsistência do documento fiscal apresentado pela contratada.

2.6. Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto daquele constante na proposta, a regularidade fiscal e trabalhista de ambos os estabelecimentos.

2.7. No caso de atraso no pagamento provocado exclusivamente pela Administração, a contratada fará jus à atualização financeira, com juros de mora de 0,00016438% ao dia, alcançando-se 6% ao ano, multiplicados pelo número de dias de atraso entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

VIII - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “h”, da Lei 14.133/2021)

1. Modalidade de Licitação

1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço para o grupo, nos termos da Lei 14.133/2021.

2. Adjudicação do objeto

2.1. Considerando a análise do mercado, sugere-se a contratação da solução em grupo único sobre todos os modelos de certificados

Este tipo de contratação de um único fornecedor, responsável por fornecer todos os itens, permite definir claramente o responsável por eventuais problemas técnicos causados por falhas, além de simplificar e otimizar os processos de gerenciamento.

Há também que se considerar o aspecto da economicidade pelo fator de escala no caso de um único fornecimento por grupo, em contraposição à aquisição ou contratação segmentada por itens. Observa-se no mercado a tendência para a redução de custo unitário dos diversos itens que compõem os grupos, na busca de oferecer o menor preço

3. Critérios para seleção do fornecedor

3.1. O licitante deverá comprovar o credenciamento como Autoridade Certificadora ou como Autoridade de Registro mediante apresentação do despacho de deferimento assinado pelo Instituto de Tecnologia da Informação – ITI e/ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União.

IX - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “i” e “j”, da Lei 14.133/2021)

Unidade gestora responsável	COINF
Ação orçamentária	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da JE
Código o item orçamentário	COI005
Código CNAE	6209-1/00
Valor estimado da despesa	O valor estimado da despesa constará de documento anexo a este termo de referência.

X - DECLARAÇÃO SOBRE SIGILO DO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

Não se aplica.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2023

FELIPE DE MELLO SANTOS
CHEFE DA SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS



Documento assinado eletronicamente em 16/08/2023, às 15:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MICHEL MARCHETTI KOVACS
SECRETÁRIO(A) DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 16/08/2023, às 15:45, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

CARLOS EDUARDO DOS SANTOS NUNES
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 16/08/2023, às 15:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MARCIO DOS ANJOS SANTOS
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 17/08/2023, às 16:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3251718** e o código CRC **4FB25946**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.